

Belo Horizonte, 6 de fevereiro de 2026.

CIRCULAR: 0003/2026/ASJUR

ASSUNTO: ELEIÇÕES 2026 – PRAZOS PARA DESINCOMPATIBILIZAÇÃO

Caro Presidente,

Informamos que os dirigentes sindicais que pretendam concorrer às eleições de 2026 deverão observar, obrigatoriamente, os prazos legais de desincompatibilização, nos termos da Lei Complementar nº 64/1990.

Aplica-se a exigência aos ocupantes dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretor-Secretário, Diretor-Tesoureiro, membros do Conselho Fiscal, Delegados Representantes, Superintendentes e respectivos suplentes de Sindicatos de Produtores Rurais, Federações e do Senar.

Cargo pretendido	Base legal (LC 64/90)	Prazo para desincompatibilização	Data limite para desincompatibilização
Presidente/Vice-Presidente	Art. 1º, II, g	Até 31 de março de 2026 (contagem de prazo com margem)	6 meses antes da eleição
Senador	Art. 1º, V, a		
Governador/Vice-Governador	Art. 1º, III, a		
Deputado Federal e Estadual	Art. 1º, VI		

A desincompatibilização deverá ser formalizada por escrito pelo dirigente interessado e protocolada junto à Secretaria da entidade à qual estiver vinculado, sendo recomendável que as providências não sejam deixadas para o último momento.

Após o protocolo da comunicação da desincompatibilização, o Sindicato deverá:

- Realizar reunião de diretoria, para a posse do substituto, na forma do Estatuto Social;
- Lavar ata constando a desincompatibilização; e
- Enviar cópia da ata para a Assessoria Sindical desta Federação, após o registro em Cartório.

Encerrado o processo eleitoral, havendo o retorno do membro anteriormente desincompatibilizado às funções sindicais, o Sindicato deverá adotar novamente os mesmos procedimentos, com a realização de reunião de diretoria e o cumprimento das demais providências já descritas. O dirigente será reempossado, e aquele que o substituiu retornará ao seu cargo de origem.

Em caso de dúvidas específicas quanto à necessidade ou ao prazo de desincompatibilização, orientamos que o interessado também consulte seu partido político.

Em caso de necessidade de esclarecimentos adicionais, a Assessoria Jurídica permanece à disposição, pelo telefone (31) 3074-3025 ou pelo e-mail juridico@faemg.org.br.

Atenciosamente,


Antonio Pitangui de Salvo
Presidente

Aos Senhores
Presidentes de Sindicatos dos Produtores Rurais